

## Teses de Viena sobre Política Linguística

### 11+1 – Por uma maior participação na sociedade

As Teses de Viena sobre Política Linguística foram desenvolvidas durante a fase preliminar da XVII Conferência Internacional de Professores e Professoras de Alemão em Viena ([IDT 2022](#)) por um grupo internacional de especialistas ([ver link](#)). Foram apresentadas na IDT 2022 e aprovadas no evento de encerramento no dia 20 de agosto de 2022.

As teses têm como público alvo tanto os agentes políticos quanto aos profissionais da área e seguem o lema da conferência \*[mit.sprache.teilhaben](#) (participação através da língua)

O objetivo principal da aprendizagem e ensino de línguas e da educação linguística direcionada ao mundo profissional é o desenvolvimento de competências discursivas, o que permite e promove a participação responsável nos processos de tomada de decisões e a participação igualitária na sociedade.

1. A aprendizagem do alemão tem lugar numa sociedade multilíngue. Os próprios aprendizes do idioma trazem experiências e competências multilíngues e multiculturais para dentro da sala de aula, as quais devem ser levadas em conta. Uma política linguística que leve em conta os recursos sociais e individuais, bem como as perspectivas e condições globais e regionais, deve apoiar isto. A heterogeneidade linguística e cultural da sociedade deve refletir-se na concepção de materiais didáticos e oportunidades de aprendizagem, nos currículos, na seleção de conteúdos didáticos e na formação inicial e continuada, bem como na pesquisa.
2. As cooperações internacionais devem ser facilitadas e promovidas financeira e estruturalmente. São particularmente bem-sucedidas quando todas as partes se encontram em pé de igualdade e a cooperação se baseia num intercâmbio aberto e transparente. É necessário apoio e reconhecimento especial para as associações profissionais da área de Alemão como Língua Estrangeira e/ou Segunda Língua, de modo que possam reforçar a sua posição e cumprir as suas tarefas de trabalho em rede e a transferência de conhecimentos especializados.
3. O princípio orientador do ensino e aprendizagem da língua alemã deve ser a ideia de empoderamento, ou seja, a construção da competência linguística concebida desde o início com o objetivo de uma aprendizagem autônoma e de uma participação na sociedade e no local de trabalho. Os diferentes interesses e as necessidades dos alunos devem ser contemplados com ofertas variadas e orientadas pelas necessidades. Não se trata de “recursos humanos”, devem ser vistos e protegidos como sujeitos na sua dignidade humana. Isto se aplica tanto ao ensino de alemão para fins profissionais como à educação de adultos e ao ensino e aprendizagem de línguas em geral.
4. Os repertórios linguísticos podem permitir a participação em processos sociais. Ensino de línguas no contexto de migração deve, portanto, ser orientada para as realidades da vida dos migrantes e para as suas necessidades de trabalho e da vida quotidiana. Os conhecimentos linguísticos devem ser separados das questões ligadas à permissão de residência e não deve ser exigido como pré-requisito central para o mercado de trabalho ou para o recebimento de benefícios sociais. A língua não deve ser utilizada indevidamente como um instrumento de discriminação.
5. As aulas de alemão nas escolas de todo o mundo devem poder ser concebidas de tal forma que todo o repertório dos alunos seja entendido como um recurso e que a

aprendizagem linguística esteja aliada à formação profissional, bem como ao ensino de competências genéricas. Os currículos e objetivos de aprendizagem devem ser formulados seguindo essas premissas e o fomento ao ensino de língua e a educação linguística deve ocorrer de forma contínua desde a educação pré-escolar até o fim da formação escolar e além.

6. No contexto do ensino superior, os programas de bolsas de estudo e o financiamento da pesquisa devem ser expandidos através do apoio estatal, a fim de aumentar a mobilidade e as oportunidades de cooperação entre estudantes, professores e pesquisadores, pois isso é essencial para o sucesso da aprendizagem de línguas. Independentemente da sua origem socioeconômica, eles devem ter acesso a oportunidades de estudo e pesquisa, especialmente para estadas nos países onde o alemão é o idioma oficial.
7. A pesquisa não deve ser apropriada ou restringida pela política (educacional). A liberdade e a diversidade de temas na pesquisa na área de Alemão como Língua Estrangeira/Segunda Língua devem ser asseguradas. Os resultados da pesquisa da área devem ser levados em consideração pelas políticas educacionais e implementadas através de medidas adequadas. A cooperação transdisciplinar e internacional na pesquisa deve ser fomentada, assim como a abertura da comunicação acadêmica para com a comunidade profissional global e para o público em geral.
8. Professores e professoras de todo o mundo devem ter acesso a programas de formação de alta qualidade que levem em conta não só os recentes desenvolvimentos na área, mas também as diferenças regionais e institucionais nas respectivas culturas de ensino e aprendizagem. Diferenças no acesso a recursos financeiros não devem ser um obstáculo. A participação em programas de formação deve ser encorajada de toda forma possível, reconhecida e valorizada nos respectivos contextos profissionais.
9. As condições de trabalho dos professores e professoras nas instituições escolares e extraescolares devem ser melhoradas. Há necessidade de uma remuneração adequada e de um equilíbrio entre o tempo de ensino e o tempo de preparação de aula e de correções; há de se assegurar perspectivas de trabalho a longo prazo e oportunidades de formação continuada.
10. A revolução digital abriu uma variedade de novas possibilidades de aprendizagem e ensino de línguas, por exemplo no ensino presencial, para fases de autoaprendizagem e na sala de aula virtual. A digitalização também facilita a cooperação internacional nas áreas de pesquisa e de política linguística. No entanto, as ofertas digitais não podem substituir as trocas físicas e não devem levar a uma redução dos recursos humanos locais. Para assegurar que a digitalização não agrave as disparidades existentes, o acesso ao mundo digital deve ser assegurado a todos e a todas, por exemplo, sob a forma de equipamento e oportunidades de formação.
11. A aprendizagem da língua alemã é entendida como a educação linguística, que inclui também a aprendizagem estética e a aprendizagem culturalmente reflexiva, levando em consideração ainda a discussão acerca de estilos de vida sustentáveis, direitos humanos e igualdade de gênero. A aprendizagem de línguas deve fomentar a cultura de paz e não-violência, bem como a apreciação da diversidade cultural através do desenvolvimento da capacidade discursiva. Desta forma, a aprendizagem de línguas contribui para uma aprendizagem sustentável e o reforço de uma atitude cosmopolita.

Política Linguística deve ser estabelecida como um campo político independente em pé de igualdade em discussões com outras áreas políticas e não, como tem sido o caso até agora, vista apenas como uma questão transversal. O estabelecimento e a formulação da Política Linguística como campo político independente é uma tarefa tanto para os Estados como para as organizações e redes supranacionais e não governamentais, baseando-se no fomento do multilinguismo social e individual e no objetivo da participação na sociedade.

Data: 20 de agosto de 2022.

Forma recomendada de citação: Arbeitsgruppe Sprachenpolitische Thesen (2022): Wiener Thesen zur Sprachenpolitik. Verabschiedet im Rahmen der IDT 2022 - XVII. Internationale Tagung der Deutschlehrerinnen und Deutschlehrer. Online: <https://www.idt-2022.at/site/dieidt/sprachenpolitischethesen>

Membros do grupo de trabalho (ordem alfabética): Rudolf de Cillia, Anna-Katharina Draxl, Renate Faistauer, Thomas Fritz, Matthias von Gehlen, Monika Janicka, Matthias Jung, Puneet Kaur, Liana Konstantinidou, Inger Petersen, Sandra Reitbrecht, Julia Ruck, Hannes Schweiger, Brigitte Sorger, Thomas Studer.